



Projeto de Lei n.º 87/XIV/1ª

Altera o Código Civil, estabelecendo o princípio da residência alternada do filho em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento dos progenitores

Tem vindo a ser objeto de discussão na sociedade civil e no âmbito da reflexão sobre o futuro do Direito da Família a necessidade de proceder à alteração do artigo 1906º do Código Civil, com vista a «estabelecer a presunção jurídica da residência alternada para criança cujos pais e mães se encontrem em processo de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento».

A residência alternada tem o potencial de melhor realizar quer o direito de cada um dos progenitores a exercer as suas responsabilidades parentais quer, sobretudo o direito da criança a ter presentes durante o seu desenvolvimento pessoal ambos os progenitores.

A Resolução n.º 2079 (2015) do Conselho da Europa recomenda a introdução na legislação do princípio de residência alternada depois da separação, realçando as vantagens deste regime, tanto do ponto de vista da criança como do ponto de vista do direito de cada um dos progenitores, acrescentando a vantagem para o desenvolvimento social, escrevendo-se que “o desenvolvimento partilhado da responsabilidade parental ajudar a ultrapassar estereótipos de género sobre os papéis que supostamente estão atribuídos ao homem e à mulher no seio familiar.”



No quadro da apreciação de petição dirigida à Assembleia da República na legislatura anterior, foram consultados sobre a matéria tanto o Conselho Superior de Magistratura como a Procuradoria Geral da República, e ambos se pronunciaram no sentido de ser útil uma alteração legislativa que consagrasse o princípio da residência alternada, alteração que iria ao encontro da tendência mais recente da jurisprudência. Afastando-se da concreta proposta dos peticionários que se dirigiram à Assembleia, ambos os pareceres convergem também na necessidade de preservar, em qualquer alteração legislativa, a liberdade de conformação do juiz, excessivamente comprimida na proposta constante da petição.

Pensamos assim haver vantagem numa alteração legislativa que introduza a menção expressa da possibilidade de estabelecer residência alternada no artigo 1906.º do Código Civil; estatua uma preferência pelo estabelecimento desse regime e clarifique que para essa decisão não é necessário o acordo mútuo entre os progenitores. Fica também aclarado na norma proposta que a decisão de residência alternada não prejudica a possibilidade de fixação de alimentos, se o tribunal assim o entender tendo em atenção a diferente condição socioeconómica dos progenitores.

A alteração proposta preserva, contudo, toda a autonomia do julgador para optar por regime diferente quando as circunstâncias do caso o aconselhem, bem como para determinar os termos concretos da alternância de residência. Essa autonomia afigura-se, aliás, essencial para permitir que o decisor, o único que tem perante si as concretas circunstâncias da criança em concreto, possa tomar a decisão que melhor se adegue aos interesses desta – porque a proteção do interesse da criança deve continuar a ser o princípio basilar deste regime.



Assim, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo-assinados apresentam o seguinte Projeto de Lei:

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei estabelecendo o princípio da residência alternada do filho em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento dos progenitores, alterando o Código Civil.

Artigo 2.º

Alteração ao Código Civil

É alterado o artigo 1906º do Código Civil, que passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 1906.º

[...]

1. [...]
2. [...]
3. [...]
4. [...]
5. [...]
6. O tribunal privilegia a residência alternada do filho com ambos os progenitores, independentemente de mútuo acordo nesse sentido e sem prejuízo da fixação de alimentos, sempre que, ponderadas todas as circunstâncias relevantes, tal corresponda ao superior interesse daquele.
7. (Atual n.º 6)
8. (Atual n.º 7)



Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente Lei entra em vigor no primeiro dia do mês subsequente ao da sua publicação.

Palácio de São Bento, 19 de novembro de 2019,

As Deputados e os Deputados

(Ana Catarina Mendes)

(Constança Urbano de Sousa)

(Cláudia Santos)

(Filipe Neto Brandão)

(Pedro Delgado Alves)

(Isabel Moreira)

(Joana Sá Pereira)

(Fernando Anastácio)